

O ato falho

O que permitiu a nota do Centro de Comunicação Social do Exército defendendo o golpe militar de 1964 e os métodos de repressão dos anos 1964-1984?

O colunista político Sebastião Nery explica o fato com uma pidade. Ele diz que o general Antônio Esper, comandante do Centro de Comunicação Social do Exército (Cecomsex),

foi vítima de uma confusão mental. O general é o responsável pela nota incrivelmente reacionária com que a força respondeu ao *Correio Braziliense*, a propósito de uma matéria sobre o famoso caso Vladimir Herzog. Segundo Nery, Esper tinha caído em sono profundo durante o regime militar e acordado em 2004. Ao ver tudo igual, imaginou que a ditadura continuava – e mandou brasa...

A nota tem origem numa confusão. Dois jornalistas vasculhavam os arquivos da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e encontraram fotos que imaginaram ser de Herzog, nu, numa cela de prisão. Herzog, diretor de jornalismo da *TV Cultura*, morreu em 1975, em São Paulo, sob a guarda do DOI-CODI, uma

instituição de repressão do Exército. Como a morte de Herzog completará 30 anos, como os jornalistas imaginavam que as fotos eram inéditas e, mais, como elas mostravam que ainda existem documentos oficiais inéditos sobre a repressão – ao contrário do que dizem os chefes militares – a matéria foi publicada no *Correio*, no dia 17 de outubro, com destaque.

Dinossauro da linha dura A matéria foi preparada ao longo da semana. Na quinta, dia 14, o *Correio* ouviu o general Esper. O comandante do Exército, general Francisco Albuquerque, estava fora do país. Os relatos publicados em seguida – e não desmentidos pelo então Ministro da Defesa, José Viegas –, davam conta

de que, mesmo ausente, Albuquerque foi consultado sobre a nota do Cecomsex em resposta ao jornal. Quem a concebeu, dizem os mesmos relatos, foi o chefe do Estado Maior do Exército, general Antônio Apparício Ignácio Domingues, que está indo para o Superior Tribunal Militar. Em meados do mês, o presidente encaminhou o seu nome ao Congresso para aprovação, a partir de relatório do senador Aloísio Mer-

cadante. Ele é um “dinossauro da linha dura”, diz o jornalista Luiz Costa Pinto, da *IstoÉ*; teve funções no QG do 2º Exército em meados dos anos 70; foi adido militar no Chile da época do general Augusto Pinochet. A nota pode ser vista na íntegra na seção de Fatos do site de REPOR-TAGEM, na data de 19 de outubro. Entre outras coisas, ela justifica o golpe militar que derrubou o presidente eleito Jango Goulart em 1964; diz que a força de repressão criada pelos militares atendeu a amplos clamores populares; defende o DOI-CODI, mesmo sem mencioná-lo explicitamente; e diz que o Exército não mudou de posição em relação à sua participação no golpe de 1964, nem sobre o que fez no período da ditadura.

A reação do governo à nota praticamente a explica: mostra que ele não comanda; ele teme as forças armadas; e que as manteve intocadas, com uma cultura que vem da época da ditadura. O jurista Fábio Konder Comparato, presidente da Comissão de Defesa da República e da Democracia da Ordem dos Advogados do Brasil, disse que o presidente da República deveria ter “demitido e punido exemplarmente” os oficiais responsáveis pela “despudorada nota” que fazia “a apologia do regime militar” e justificava “os abomináveis crimes cometidos pelos governantes da época”, por ela ser “um agravo frontal à ordem republicana e democrática”. Pelo artigo 78 da



Albuquerque e Dirceu, no QG do Exército: Comparato queria a demissão sumária, por desrespeito à Constituição



Constituição, disse ele, cabe ao presidente, a quem o artigo 142 da mesma Carta dá a autoridade suprema sobre as Forças Armadas, a responsabilidade de “manter, defender e cumprir a Constituição”.

A ação do presidente, no entanto, foi de contenção e apaziguamento. A repercussão da matéria do *Correio*, mais especialmente da nota, foi imediata. E, já no domingo, o ministro da Defesa, o chefe da Casa Civil, José Dirceu, o presidente Lula e outros integrantes da cúpula governista mergulharam no problema. Logo Viegas descobriu que o comandante do Exército aprovava a nota e foi encarregado por Lula e Dirceu de cobrar dele uma retificação. O general Albuquerque consultou o Alto Comando do Exército para fazer mudanças nos termos da nota e torná-la aceitável. Pelo menos uma versão foi recusada, o que prova que a cúpula militar defendeu a nota inicial. Na segunda-feira, o presidente foi ao Paraná, por compromissos da campanha eleitoral, e as negociações do texto final não foram fechadas.

Contorcionismo Na terça, dia 19, o presidente voltou e, já no aeroporto militar, em Brasília, ainda insatisfeito, pediu correções, que constaram da versão do texto que o general Albuquerque assinou e divulgou no mesmo dia.

A nota afinal publicada é um exemplo de contorcionismo. Não diz que a nota inicial estava errada: diz que ela não foi “apropriada” e não foi “condizente com o momento histórico atual”. E, por vias transversas, para dizer o que aparentemente o presidente queria – que o Exército estava empenhado na consolidação da democracia – diz que a força sempre foi uma instituição democrática: o Exército brasileiro “é uma instituição que prima pela consolidação do poder da democracia brasileira” e “não foge aos seus compromissos de fortalecimento da democracia brasileira”.

Para alguns no governo, no entanto, mesmo essa nota aguada já tinha sido excessiva afronta aos militares. O governo fez então mais três manobras de conciliação:

1) No final da quinta-feira, dia 21, o secretário de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, divulgou nota na qual disse que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) lhe havia comunicado que as fotos publicadas pelo *Correio Braziliense* como sendo de Herzog de fato não seriam dele, mas de uma outra história, resultante de uma investigação ilegal feita pelo antigo Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1974 e que envolveria pessoas cujo nome ele não revelaria, em virtude da ilegalidade da investigação.

Para corroborar essa afirmação, aparentemente, os serviços de informação do governo mostraram à *Folha de S. Paulo* uma série de fotos de um homem parecido com Herzog. Ele seria o padre canadense Leopoldo d’Astous, que viveu no Brasil por dez anos e que o SNI tentou mostrar ter tido caso com uma mulher, Terezinha de Sales, de Brasília, e que aparece numa das três fotos do *Correio*.

2) O ministro José Dirceu foi ao QG do Exército na quinta-feira, onde foi recebido pelo general Albuquerque e almoçou com o Alto Comando;

3) e por último, no final da sexta, dia 22, o presidente e o ministro Antônio Palocci foram ao Baile do Aviador, no Clube da Aeronáutica, onde estavam os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e onde ficaram até a madrugada, em confraternização. Lula foi recebido por um sucesso da *Jovem Guarda*, dos anos 60, de Eduardo Araújo, cujo refrão é: “Ele é o bom, é o bom, é o bom...”. Segundo *O Estado de S. Paulo*, na festa, além de dançar muito, o presidente tranqüilizou os comandantes. “Lula vai a festa de militares e diz que não quer abrir arquivos secretos”, foi a manchete do jornal. Talvez antes do baile Lula já tivesse visto a carta de demissão de José Viegas, com data do dia 22 e afinal divulgada uma semana depois para dar a pasta da Defesa ao vice-presidente José Alencar.

Lula pode considerar que foi muito hábil e que o essencial no episódio era evitar uma crise militar. De fato, a demissão do comandante do Exército e mais alguns oficiais, no contexto em que ela teria ocorrido, não passaria sem uma crise. O perigoso preço pago pela conciliação que se fez, no entanto, é o de deixar as forças armadas na cultura retrógrada, anti-democrática, em que parecem mergulhadas há anos. [RRP] ■

“Ele é o bom, é o bom, é o bom”: o ministro Viegas, o presidente Lula, o comandante da Aeronáutica e esposas, no baile militar

